

## EDUCAÇÃO SEXUAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CURITIBA/PR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amanda Feltrin Lisboa

amanda.lisboa@aluno.fpp.edu.br

Alexa Aparecida Lara Marchiorato, Alice Tavares da Mota, Amanda Feltrin Lisboa, Carolaine das Graças Marcon Gumildes, Ihasmyne Sousa Rocha, Marielle Puchinques Pereira, Thaís Barbosa Barreto

**Resumo:** O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial de saúde e de educação que visa a integração e articulação permanente entre ambas as redes (BRASIL, 2007). No âmbito da promoção em saúde na escola, diversos projetos devem ser realizados junto aos estudantes em ações dirigidas às áreas primordiais para a promoção de estilos de vida saudáveis, incluindo a de saúde sexual e reprodutiva (BRASIL, 2009). **Caracterização do problema:** A partir da incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e gestação na adolescência percebida nos cenários práticos de Unidades Básicas de Saúde (UBS), a temática de saúde sexual e reprodutiva foi selecionada como primordial para a ação no território. Assim, juntamente à comunidade escolar, buscou-se abordar a problemática de forma dinâmica e interativa com os estudantes. **Descrição da experiência:** Foi realizada ação de educação em saúde através de aula expositiva-dialogada ministrada para 81 alunos do 1º ano do Ensino Médio em uma escola localizada em um Distrito de Saúde de Curitiba/PR no 1º semestre de 2022. Os alunos foram divididos em três turmas para melhor abordagem das temáticas de planejamento familiar e prevenção de ISTs através de pré e pós-testes, exposição de conteúdo com imagens, exemplificação de colocação de preservativo interno e externo e esclarecimento de dúvidas. Nos questionários havia a possibilidade de avaliar o nível de conhecimento pré-existente e a opinião posterior dos participantes sobre a ação. A dinâmica gerou uma boa participação, curiosidade e interesse pelos temas. **Resultados alcançados:** De acordo com os instrumentos utilizados para avaliação do conhecimento e da efetividade das ações realizadas, percebeu-se que mais de 50% dos alunos presentes já havia, de alguma forma, discutido tais temáticas anteriormente. Do total de participantes, 46,8% negou se sentir confortável para tratar desses assuntos com os pais, em contrapartida, esse número sobe para 76,3% quando os temas são conversados com os colegas da mesma idade. Ademais, 90% negou ter buscado ajuda com algum professor da escola e mais da metade (53,8%) afirmou sanar suas dúvidas sobre relações sexuais através da internet. Em relação às ISTs, 65,8% afirmou desconhecer o assunto, 73,8% foi ensinado a utilizar métodos contraceptivos, 51,2% sabe utilizar preservativos e 57,5% afirmou ter ou já ter tido medo de ser pai/mãe na adolescência. Após a aplicação do pós-teste, houve a percepção de maiores dúvidas sobre a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual,

dado confirmado com a tabulação das respostas obtidas, nas quais 85,4% dos participantes afirmou ter sido ajudado com as informações explanadas na ação em saúde realizada, 81,7% aprendeu algo que ainda não sabia, 96,3% afirmou auxílio em suas dúvidas sobre relações sexuais e 72,8% gostaria de ter mais encontros para discussões similares. Por outro lado, 30,5% não se sentiu confortável para tirar dúvidas e 12,2% não soube responder. Desta forma, notou-se que a abordagem da temática foi clara e elucida sua importância perante o público adolescente. **Recomendação:** Com base nos resultados obtidos, sugere-se que ações de articulação entre saúde e educação sejam fortalecidas para ampliar o acesso e vínculo entre adolescentes e os serviços de saúde. Além disso, tendo em vista os aspectos socioepidemiológicos importantes de ISTs e gravidez na adolescência, há a necessidade de realização contínua de ações em educação em saúde sexual e reprodutiva, objetivando, reflexão crítica, conhecimento e autonomia dos adolescentes em sua própria vida sexual e reprodutiva. Faz-se necessário ações em saúde com linguagem fácil e acessível, sem tabus por parte dos profissionais envolvidos e, principalmente, com escuta ativa e qualificada da demanda dos adolescentes, respeitando seus conhecimentos prévios e suas vivências. Ademais, sugere-se que estudos de abordagem semelhantes sejam realizados, e que os questionários de avaliação considerem o sexo biológico e idade dos participantes a fim de analisar diferenças na educação sexual e reprodutiva para cada público.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação em saúde; educação sexual; saúde do adolescente.

#### **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. **Protocolo da Atenção Básica: Saúde das Mulheres**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. p. 230. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos\\_atencao\\_basica\\_saude\\_mulheres.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf). Acesso em 05 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. *Cadernos de Atenção Básica nº 24*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 96 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_24.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf). Acesso em 04 de setembro de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº. 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo. Brasília, DF. Seção 2, p. 02. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm). . Acesso em 04 de setembro de 2022.